



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001021-23.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Despejo - Despejo por Denúncia Vazia**
Requerente: **APARECIDA MARIA HADDAD CARVALHO**
Requerido: **ANTONIO CAVALETTI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Aparecida Maria Haddad Carvalho propôs a presente ação contra o réu Antonio Cavaletto, pedindo a rescisão do contrato de locação celebrado entre as partes, bem como a decretação do despejo.

O réu foi citado a fls. 24, porém, não apresentou contestação (**confira certidão de fls. 25**), tornando-se revel.

Relatei o essencial.

Fundamento e decido.

A ação merece procedência.

Com efeito, regularmente citado, o réu não apresentou defesa.

Outrossim, cabe ressaltar, por oportuno, que no mandado de citação, constou a advertência de que a ausência de contestação por parte do réu importaria na presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora (artigo 285, CPC).

1001021-23.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Dessa forma, a inércia do réu tem como consequência prevista em lei a incontrovérsia dos fatos alegados pela autora. Por outro lado, a incontrovérsia dos fatos alegados pelo autora acarreta, na esfera processual, a procedência do pedido formulado com base em tais fatos.

Posto isso, acolho o pedido formulado pela autora e declaro rescindido o contrato de locação firmado pelas partes, concedendo ao réu o prazo de 30 dias para a desocupação voluntária e entrega das chaves, sob pena de despejo forçado.

Ante a sucumbência experimentada, arcará o réu com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 24 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**